
Ambiente e desenvolvimento. Da morte à ressurreição do Alviela.

Rui Fernandes

Introdução

O interesse da Sociologia pela temática do ambiente emerge aquando da constatação de que os processos produtivos humanos estão na origem de fenómenos de degradação dos recursos essenciais à vida. Ao mesmo tempo, verifica-se, por parte das sociedades avançadas, uma crescente preocupação pela problemática do ambiente, que se generaliza a grupos sociais cada vez mais amplos a partir da década de sessenta, devido, em grande parte, à acção de movimentos sociais contestatários do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial.

O estado do ambiente condiciona e marca a cultura e o desenvolvimento de um país de uma forma irreversível. Em Portugal, a questão ambiental eclodiu tarde e foi inicialmente mais induzida pelas pressões externas, resultantes do processo de adesão à Comunidade Económica Europeia do que por dinâmicas internas à própria sociedade portuguesa. O desordenamento do território foi e é, o maior problema ambiental do país, sobretudo em três grandes vertentes: litoralização, rodoviarização e suburbanização. Mais do que o desenvolvimento industrial ou agrícola, este ressuscitou a emergência de uma preocupação ambiental nacional (Reis e Lima, 1998, in Viegas e Firmino da Costa: 334-335).

Perante os problemas ambientais que se colocavam com vários níveis de incidência e gravidade, assiste-se a uma revalorização do mundo rural, enquanto reserva de qualificação ambiental. De facto, a consideração da componente ambiental na actividade agrícola veio alterar a visão que se tinha da agricultura. Esta passa a integrar outras funções, para além da produção de bens alimentares e fornecimento de matérias-primas, como a função de protecção dos recursos naturais, dos habitats, da paisagem, entre outras.

A crescente consciencialização para os problemas ambientais conduziu, assim, à necessidade de uma actuação institucional no sentido de lhes dar uma resposta adequada. Foi neste âmbito que surgiu a legislação ambiental como um instrumento político importante na protecção e preservação do ambiente, da natureza e da paisagem.

Existem várias fontes poluidoras nos espaços rurais que conduzem a graves problemas ambientais, sobretudo as que estão ligadas ao desenvolvimento industrial. A poluição das águas é um desses problemas. É cada vez mais evidente “a fragilidade das sociedades ditas modernas face à água e (...) que a água não pode continuar a ser pensada como um recurso natural que se usa sem parar em função das necessidades do freguês, seja para a agricultura ou para a energia, mas tem de ser encarada como um valor ambiental e ecológico fundamental” (Schmidt, 1999a: 131).

Em Portugal existem rios mortos, como o Almonda, o Trancão, o Alviela, o Leça e o Ave. Os planos de recuperação propostos para cada um foram, várias vezes, adiados ou abandonados. No caso dos rios internacionais, como o Tejo ou o Guadiana, a maior poluição vem de Espanha mas os esgotos urbanos lançados sem tratamento prévio e os efluentes oriundos das indústrias pecuárias, dos matadouros industriais, dos lagares de azeite e das fábricas de curtumes nacionais não ficam muito atrás. A fiscalização não é eficaz, quer no caso do controlo de descargas, quer no controlo da água de abastecimento público. O cenário torna-se mais alarmante quando se verifica que “ (...) em Portugal, fruto de um desleixo de décadas, [as águas] são, não só captadas à balda, como despejadas para uns buracos a que se chama fossa tão individuais e anárquicos quanto os furos. Resultado: meio Portugal anda a puxar à bomba praticamente o mesmo que despeja dos «penicos»” (Schmidt, 1999a: 134).

A poluição da água pode considerar-se como um factor limitativo do desenvolvimento em muitas regiões do nosso país. A problemática do desenvolvimento local remete para a necessidade de aplicação de novos modelos que, paralelamente à alteração das condições estruturais de áreas rurais sujeitas a uma contínua marginalização, resultante de processos de degradação ambiental, prefigurem uma sustentabilidade económica, demográfica e social.

Esta investigação centra-se nas povoações ribeirinhas do rio Alviela. Considerado um dos rios mais poluídos do País, este foi e tem sido alvo de descargas poluentes provenientes das indústrias de curtumes, suiniculturas e aviários instalados ao longo do rio. A implementação do projecto de despoluição do Alviela (ETAR) de Alcanena, concebido em 1976 e posto em prática passados dez anos, trouxe, numa fase inicial, algumas melhorias significativas. Todavia, a poluição tem-se mantido ao longo do tempo e afectado significativamente estas povoações. Analisar e perceber de que forma a poluição do rio tem sido um obstáculo ao desenvolvimento das freguesias ribeirinhas do Alviela, revela-se, assim, um contributo importante para a discussão em torno da relação ambiente e desenvolvimento. Acresce que o caso em análise nos parece ser, sob vários aspectos, paradigmático.

Partindo do pressuposto que a poluição afecta de forma distinta cada uma das freguesias, considerou-se importante uma leitura sociológica do discurso proferido pelos diferentes actores sociais locais sobre esta questão. Outro material revelou-se ainda útil para uma mais completa contextualização da temática, nomeadamente a percepção dos esforços que têm sido feitos para minimizar os danos e prejuízos causados pela poluição do rio Alviela.

Espera-se assim, perceber a influência que a poluição de um rio assume no desenvolvimento local/rural das freguesias em análise. Assim sendo, os actores sociais locais considerados pertinentes para esta investigação foram os Presidentes de Junta das sete freguesias da bacia do Alviela (Bugalhos, Louriceira, Vaqueiros, Pernes, São Vicente de Paul, Pombalinho e Vale de Figueira), o Presidente da Comissão do Ambiente e do Alviela da Assembleia Municipal de Santarém, o Presidente da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA), os Departamentos de Ambiente da Câmara Municipal de Alcanena e de Santarém.

A problemática convocada pelo objecto de estudo desta investigação resulta do cruzamento das diferentes abordagens sobre as recentes transformações do espaço rural nas sociedades contemporâneas, tendo por base a problemática ambiental ligada ao desenvolvimento rural. Esta, “(...) enquanto dimensão da modernidade, suscita novas perspectivas a integrar no quadro das políticas de desenvolvimento. Uma dessas perspectivas articula-se com uma nova filosofia do desenvolvimento que, ao procurar compatibilizar sustentabilidade económica e sustentabilidade ecológica, vem reformular os actuais padrões de qualidade de vida, reformulação que, por sua vez, encontra consagração nas dimensões de preservação do ambiente e da natureza” (Reis e Lima, 1998, in Viegas e Firmino da Costa: 357).

A conceptualização do ambiente para a sociologia

Como foi referido, o interesse da Sociologia pela temática do ambiente emerge aquando da constatação de que os processos produtivos humanos estão na origem de fenómenos de degradação dos recursos essenciais à vida. De facto, o aparecimento de riscos ambientais derivados do consumo acelerado dos recursos naturais, provocado pelo crescimento económico, com perspectivas de se acentuar devido ao crescimento populacional, conduz, potencialmente, a situações de risco social. Durante os anos 60, surgem nos países mais desenvolvidos movimentos sociais a favor da protecção do meio ambiente que passam a pressionar os poderes públicos e as instituições, em geral, para exercer um controlo mais efectivo sobre as intervenções humanas no ambiente.

No entanto, a Sociologia incorporou tardiamente a questão ambiental como factor *biofísico* condicionador de estruturas e de comportamentos sociais, assim como os impactos que a organização social e as mudanças sociais produzem sobre o meio ambiente.

A Sociologia do Ambiente, enquanto subárea específica da Sociologia, “surge hoje como a confluência de um conjunto diverso de perspectivas, as quais chegam animadas por diferentes preocupações e filiações teóricas relativamente ao que definem como sendo a realidade ambiental” (Schmidt, 1999b: 176). Dentro do amplo conjunto de perspectivas sobre esta matéria¹, destaca-se o contributo, dado desde a década de 70, pelos autores William R.

¹ Não foi apenas com Dunlap e Catton que o problema ambiental emerge na sociologia. Destacam-se, igualmente os trabalhos desenvolvidos por outros autores como: Schnaiberg, Dickens, Redclif e Benton, Martell, Buttel e Taylor, Yearley e Hannigan. Por fim, numa outra linha de abordagem, refira-se também o contributo de Jollivet e Mormont no que à relação rural/ambiente diz respeito.

Catton Jr. e Riley E. Dunlap. Para estes, o novo campo de estudos dentro da sociologia, que designam de sociologia do ambiente, define-se pelo “estudo da interacção entre o ambiente e a sociedade e procura explicar a necessária relação entre o desenvolvimento das sociedades humanas e o uso e exploração dos recursos finitos dos sistemas de suporte da vida” (Macnaghten e Urry, 1998: 5).

Esta visão remete-nos para “o reconhecimento do facto de que os ambientes físicos podem influenciar (e, por seu turno, ser influenciados por) as sociedades humanas e o comportamento” (Dunlap e Catton, 1979: 224), contrariando a tradicional explicação dos factos sociais por outros factos sociais herdada de Durkheim. “(...) Perante a evidente dependência dos ecossistemas por parte das sociedades humanas e das dimensões humanas implícitas na mudança ambiental global, geraram-se tentativas de *alargar a sociologia a factos não exclusivamente sociais*, apontando o caminho para a emergência de uma sociologia do ambiente” (Schmidt, 1999b: 206), que se centra na interdisciplinaridade.

A sociologia do ambiente vem, então, afirmar-se “não tanto em oposição a um quadro teórico clássico da sociologia, para o qual a natureza seria heurísticamente exterior, mas antes pelo reconhecimento, que se impôs à sociologia de um novo campo de desafios – os problemas ambientais – que o reequacionamento da relação homem-natureza fez irromper” (Idem). Esta nova postura impôs uma ruptura com o pensamento sociológico anterior e com o estatuto da natureza na relação sociedade/ambiente.

Catton e Dunlap distinguem dois paradigmas diferentes no que respeita à relação sociedade/ambiente. A concepção de carácter antropocêntrico, que serve a grande parte das teorias contemporâneas com origem nos clássicos, apelidada pelos dois autores como HEP, ou *Human Exceptionalism Paradigm* (mais tarde *Human Exemptionalism Paradigm*) e o paradigma, NEP - *New Environmental Paradigm*, mais tarde apelidado de *New Ecological Paradigm*, ao qual subjaz uma perspectiva ecologia das relações entre sociedade e ambiente.

Os trabalhos desenvolvidos por estes dois autores constituem um progresso considerável face à hipótese de que existiria uma auto-regulação das relações entre a sociedade e o ambiente e face ao princípio da “adaptação” das sociedades humanas ao seu meio que servia de ponto de partida para as concepções ecológicas da grande maioria das ciências sociais.

Apesar da tardia emergência do ambiente no pensamento sociológico e das dificuldades da sua afirmação, a sociologia do ambiente conheceu alguns desenvolvimentos importantes, especialmente no debate sobre a modernidade, sobretudo a partir do momento em que a escala dos problemas ambientais assumiu uma dimensão global incontornável. Deste debate destacam-se as perspectivas de Giddens e Beck. “Giddens, porque integra a crise ambiental entre as consequências do desenvolvimento capitalista industrialista e como dimensão da cultura moderna. Beck, porque coloca as questões ecológicas no cerne da sua teoria sobre a «sociedade de risco» e o «fabrico da incerteza» próprio desta fase da nossa civilização” (Schmidt, 1999b: 194).

O ambiente em Portugal

A importância atribuída às questões ambientais está dependente do contexto de cada país. Em Portugal o processo de institucionalização das preocupações com o ambiente é ainda muito recente e assume contornos que resultam de um particular processo sócio-histórico.

Até aos anos 70, Portugal “continuava convencido que o País era lindo e que a Pátria era perfumada como Jacinto a encontrou na *Cidade e as Serras*, ao entrar de comboio a caminho de Tormes. Os “problemas ambientais” resumiam-se a uma questão de qualidade das peras, das colheitas de vinho, das caldas bordalesas... As degradações e a poluição provocadas pelas grandes indústrias, onde se destacavam já os pivetes das celulosas, não tinham visibilidade mediática, sendo politicamente ocultadas” (Schmidt, 1999: 3). Reflexo de um processo de industrialização tardio e o predomínio de uma sociedade centrada em valores rurais tradicionais ligados ao Estado Novo (Costa, 1999), as preocupações ambientais no nosso país tinham pouco eco face às existentes noutros países.

A preocupação ambiental foi inicialmente mais incutida pelas pressões externas, como resultado do processo de adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, do que por dinâmicas internas à sociedade portuguesa. Se a década de 60 marca, a nível internacional, o início de um período de grandes mudanças face à protecção do ambiente, tanto a nível político como público, em Portugal essa fase ter-se-á iniciado por volta dos anos 80. De facto, a década de 80 constitui um marco fundamental na história do ambientalismo português na construção de um quadro jurídico e da execução de medidas e políticas públicas ambientais. O resultado foi, em 1987, a aprovação da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº10/87). Esta, “(...) adoptando um conceito de ambiente vasto, viria estabelecer princípios, definições e instrumentos básicos – abrindo caminho para os sucessivos diplomas regulamentares que, embora a passo de caracol, lá se foram produzindo” (Schmidt, 1999a: 1).

Perspectivas sociológicas sobre o rural

O espaço rural é hoje objecto de processos de diferenciação e coexistência funcional que obedecem a lógicas de complementarização espacial e integração económica e territorial. Estas lógicas reflectem-se na crescente diversificação dos usos do espaço rural e em formas diversas de intervenção em apoio ao desenvolvimento rural e agrícola; ao desenvolvimento da iniciativa económica local; à conservação da natureza e protecção do ambiente; à recuperação do património histórico-cultural; etc. A estas dinâmicas associam-se estratégias diferenciadas de «reinvenção» simbólica da ruralidade e de reconfiguração das relações cidade-campo que tornam desadequada qualquer aproximação sociológica da ruralidade contemporânea a partir das suas matrizes de origem, as quais colocavam o acento tónico numa actividade económica - a agricultura -, e numa forma de organização social específica - a camponesa.

Ao longo das últimas décadas, o espaço rural foi redefinido através de várias formas de apropriação do espaço e da sua recomposição social. Segundo Aida Valadas de Lima distinguem-se três períodos que delimitam a relação entre espaço urbano e rural. “Os anos 50 são marcados pela concepção clássica da relação cidade/campo: o modelo de análise da interacção entre estes dois espaços tem subjacente a relação contraditória, se não mesmo antagónica entre o campo e a cidade. A partir dos anos 60 um novo modelo de análise se torna dominante: trata-se da urbanização dos campos. Este modelo põe em causa a relação de uma descontinuidade espacial entre os campos e as cidades e privilegia a assimilação/integração pela difusão da cultura, dos produtos e das práticas urbanas. (...) Nos anos 70 é, de novo, em termos contraditórios que se pensam as relações cidade/campo” (Lima, 1990: 57). Actualmente, o panorama é bem diferente. Assiste-se a uma crescente revalorização do espaço rural resultante de uma revitalização demográfica do mesmo e do esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

O modelo de industrialização difusa implantado nos meios rurais veio quebrar com a mono cidade da agricultura, transformando o quadro de actividades rurais e retirando-lhes o seu estatuto de primazia económica e social, caminhando-se, desta forma para uma especialização e diversificação do espaço rural.

As representações sociais urbanas do rural tendem a revalorizar este espaço social como lugar de conservação de modos de vida tradicionais por oposição a uma certa artificialidade contida nos ritmos de vida citadina, representações que, nas suas versões mais radicais, levaram Pierre Bourdieu a tomá-las como “resultado duma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas florestais duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos.” (Reis e Lima, 1998, in Viegas e Firmino da Costa: 34).

Os conceitos de paisagem e de natureza identificam-se nas sociedades modernas europeias com o designado “mundo rural”. Se os cidadãos, e por vezes menos claramente o Estado, têm uma visão que podemos resumir como estética em relação à natureza, os rurais, por seu turno, e em particular os agricultores, têm dela uma representação “utilitária”.

A perspectiva anti-utilitarista dos urbanos, que encara a natureza como uma idealização e não como recurso de suporte às actividades do Homem, contrapõe-se à visão dos rurais. Segundo Mormont (1994), para estes últimos “o seu território é um recurso, do qual depende a sua vida”.

O desenvolvimento rural e o ambiente

O meio rural português apresenta uma grande variedade de situações e contextos. A vulnerabilidade das economias rurais assente na dependência face à agricultura e à fraca capacidade do tecido produtivo; o afastamento relativamente aos principais centros de iniciativa e inovação; a inexistência ou fragilidade de centros urbanos de apoio e dinamização do desenvolvimento e o conseqüente desajustamento entre as infra-estruturas de suporte necessárias, quer em matéria de fixação e qualificação da população, quer no que se refere ao acolhimento de agentes económicos; a dificuldade do tecido socio-económico em assimilar activamente o modo de vida da sociedade urbana sem sacrificar os seus valores e vantagens específicas; são alguns dos factos que caracterizam a conjuntura actual do mundo rural nacional, sobretudo em zonas mais desfavorecidas.

Como resultado destas condicionantes, o mundo rural português enfrenta actualmente vários obstáculos. Assinalam-se o êxodo rural e a emigração, a rarefacção e envelhecimento da população; o aumento do desemprego, do subdesemprego e da exclusão social; a degradação dos recursos naturais e do ambiente; o desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo; a subutilização das infra-estruturas existentes; a estagnação, quando não regressão, dos centros urbanos das áreas rurais².

Perante estas situações, a revalorização económica e social dos espaços rurais não passa pelo retorno a ideias passadas sobre “paraísos perdidos”, nem pela reabilitação de métodos funcionalistas³ nas comunidades locais, nem ainda pela simples averiguação dos efeitos locais da sua inscrição nos quadros dos processos globais de mudança. As transformações globais são um desafio para as áreas rurais, trazendo conseqüentemente novas perspectivas de desenvolvimento. Esta aposta acaba por obrigar as populações, decisores, actores socio-económicos locais e organismos de desenvolvimento, a identificar tanto obstáculos como oportunidades dos territórios rurais, de forma a encontrar políticas e estruturas que se adequem à realidade de cada zona. A verdade é que cada espaço rural se distingue pela posição geográfica, características demográficas e sociais, tecido económico, recursos naturais e humanos, e capacidade de iniciativa e inovação. Desta forma, a promoção da localidade apresentar-se-á como essencial à compreensão das transformações contemporâneas.

A questão dos recursos hídricos em Portugal: O Rio Alviela

A Lei de Bases do Ambiente e os Decretos-Lei nº70 e 74/90 que a acompanharam surgiram na segunda metade da década de 80, dando assim lugar à primeira grande reforma da Administração Hidráulica.

² DGDR (1997), *Desenvolvimento Rural: novas realidades e perspectivas*, Fórum Nacional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Santa Maria da Feira.

³ Segundo João Ferreira de Almeida et ali (1994), o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de natureza multidimensional, que tem o ser humano como preocupação central. A ele associam-se questões como a melhoria das condições de vida material das populações, a existência e acesso a infra-estruturas que garantam o bem-estar dessas mesmas populações em várias vertentes (saúde, educação, segurança social, habitação, etc.), o progresso da igualdade de oportunidades e liberdades cívicas e políticas, a defesa do ambiente, etc.

Para um melhor aprofundamento teórico em torno desta problemática consultar: Almeida, (1994); Amaro, (1992); Henriques, (1990); Lima e Reis in Viegas e Costa (1998); Lopes, (1995); Pedroso, (1998).

Criaram-se novas políticas ambientais e de gestão da água ao mesmo tempo que eram iniciadas diversas obras de erradicação de autênticos cancros ambientais⁴.

A ETAR de Alcanena e o sistema de saneamento da Costa do Estoril foram alguns dos trabalhos iniciados na altura.

Actualmente, os recursos hidráulicos são vistos como matéria-prima, com um determinado valor e custo, integrados numa perspectiva de racionalidade económica. A bacia hidrográfica é hoje

vista como uma unidade de gestão pelo que são criadas administrações próprias compostas por conselhos regionais da água, órgãos consultivos do Governo no âmbito da gestão dos recursos

hídricos a nível regional. Em 1993 foram, enfim, criadas as Direcções Regionais do Ambiente e em 1994, o Conselho Nacional da Água, órgão consultivo do Governo, atribuindo, assim, à água a importância que há muito era exigida.

No entanto, a organização estrutural da política da água mantém-se deficiente. As diferentes políticas não foram consistentemente implementadas no terreno, nem venceram as

⁴ De norte a sul eram vários os locais particularmente críticos (in Schmidt, 1999: 143-144):

- *Rio Minho* – Sofre sobretudo o efeito dos esgotos urbanos;
- *Rio Lima* – Esgotos domésticos, matadouros e indústrias agro-alimentares (lagares de azeite e lacticínios). O mais grave é a celulose em Viana do Castelo;
- *Rio Cávado* – Com um grande caudal, mantém uma qualidade aceitável, pelo menos antes de Barcelos. Em Barcelos e Esposende recebe esgotos urbanos e de indústrias têxteis;
- *Rio Ave* – Apesar dos 15 milhões investidos, continua a ser o paradigma da nossa poluição hídrica. Concentra cerca de 70% da indústria têxtil, tem fábricas metalomecânicas, químicas e agro-alimentares, além dos esgotos de grandes agregados urbanos;
- *Rio Leça* – Um caneiro: o produto dos esgotos é quase superior ao seu caudal natural. Indústria química diversa, tinturarias, têxteis, curtumes, metalomecânicas, matadouros e esgotos urbanos;
- *Rio Douro* – Os seus afluentes (do Sabor ao Corgo), limpos a montante, vão escurecendo à medida que se aproximam do Porto, devido sobretudo aos esgotos domésticos. Os rios Sousa e Ferreira levam ainda com os efluentes de lacticínios, têxteis e papelarias;
- *Rio Vouga* – Esgotos urbanos, lacticínios, matadouros, destilarias, metalomecânicas. Mais duas celulosas, papel e adubos e pesticidas da agricultura intensiva;
- *Rio Mondego* – Até Coimbra o problema mais grave, são os esgotos urbanos. Depois são os adubos e pesticidas dos regadios do Baixo Mondego;
- *Rio Lis* – Humanos e porcos tornam este rio impróprio para "consumo". 400 a 500 mil suínos, além de matadouros, e indústrias de tratamento de superfícies;
- *Rio Tejo* – Na região ribatejana, recebe esgotos domésticos, de indústrias agro-alimentares e pecuárias. A montante, esgotos urbanos e duas celulosas. Para o estuário vai de tudo um pouco: esgotos industriais e domésticos do rio Trancão e de toda a região da margem sul;
- *Rio Nabão* – Esgotos urbanos, pecuárias, têxteis, papelarias e matadouros;
- *Rio Almonda* – O rio nasce poluído, mas a situação já foi bem mais grave. Recuperação notória, mas o tratamento dos esgotos domésticos, de têxteis e agro-alimentares deixam ainda um pouco a desejar;
- *Rio Alviela* – Os curtumes grassam e desgraçam... Com os esgotos urbanos o 'caldo' fica nojento;
- *Rio Sorraia* – Pecuárias, indústrias agro-alimentares (tomate), esgotos domésticos e poluição difusa do intenso regadio;
- *Ribeiras do Oeste (Grande, Alcabrichel, Sizandro, Lizandro)* – Esgotos urbanos, pecuárias, matadouros, cerâmicas e destilarias em rios que, no Verão, quase não têm água, tornando-se canais de esgoto a céu aberto a escoar para a praia;
- *Rio Sado* – A montante, esgotos de pecuárias, matadouros, central térmica, adubos e pesticidas da agricultura. Junto ao estuário, toda a zona industrial de Setúbal (química, celulose, estaleiros navais e agro-alimentar). Para além disso, os esgotos urbanos;
- *Rio Mira* – Menor poluição, melhor qualidade da água. Mas os esgotos domésticos agro-industriais, adubos e pesticidas marcam a sua presença;
- *Rio Guadiana* – De Espanha já vem 'negro', mas aqui não faltam esgotos urbanos, as pecuárias, uma indústria de papel reciclado (Mourão) e a maior concentração de lagares de azeite do país;
- *Ribeiras do Algarve* – Esgotos domésticos são o prato forte. Na Ria Formosa a situação agudiza-se com duas indústrias de alfarroba e lagares de azeite.

inúmeras resistências que surgiram entre os seus destinatários. Sem meios e, por vezes, sem vontade, ainda não há quem defenda a água do território português.

O exemplo mais flagrante dessa falta de objetivos é o estado das ETAR's portuguesas. Nos últimos dez anos a Europa atribuiu milhões de contos a Portugal para que houvesse melhor água e melhor saúde pública. Foram, assim, construídos quilómetros de redes de esgotos e centenas de ETAR's. Actualmente, a qualidade dos esgotos portugueses continua muito deficiente, ao passo que uma larga percentagem das ETAR's não funciona bem ou não funciona de todo. As razões são várias, mas passam sobretudo por falta de planeamento, má concepção técnica e tecnologia ultrapassada. O resultado é só um: a ETAR deixa de funcionar como estação de tratamento, passando a funcionar como entreposto de sujidade, limpando por um lado e sujando por outro.

São vários os casos que ilustram as deficiências da gestão das águas. “O projecto de despoluição do Alviela, concebido em 1976 e iniciado dez anos depois, nem sequer foi remodelado. Gastaram-se milhões para executar uma obra que estava evidentemente fora de prazo...Também o interminável emissário do Estoril não trata os esgotos, apenas os transfere para o mar. E com os porcos do rio Lis gastaram-se 800 mil contos para construir duas ETAR impróprias para sanear” (Schmidt, 1999a: 135).

O surgimento das centrais eléctricas junto ao Alviela marcou o ponto de viragem. Estas foram as primeiras de muitas indústrias que haveriam de conspurcar águas e costumes locais. As indústrias de curtumes seguiram-se-lhe, pelo que nos anos 50, já haviam alterado todo o ecossistema fluvial e mortas as fontes de sustento das povoações ribeirinhas, os moinhos, os lagares de azeite, a pesca e a extracção de areia.

No final da década de 50, o crescimento da indústria de curtumes era tão acentuado que 80% de toda a produção nacional provinha das margens do Alviela. Esta concentração acrescida da necessidade de dar uma resposta rápida ao mercado do calçado, trouxe gravíssimos problemas para o equilíbrio ecológico da região. A inexistência de preocupações ambientais e a falta de tratamento dos resíduos industriais elevou rapidamente o problema ambiental do Alviela a uma questão nacional. A face mais visível e mediática foram as descargas diárias de águas residuais com uma percentagem orgânica equivalente à produzida por uma cidade de 400 mil habitantes⁵.

Com a poluição do rio e a crescente industrialização da região, outros problemas começaram a surgir. O aparecimento de lixeiras clandestinas com resíduos tóxicos, a contaminação de lençóis freáticos, os maus cheiros e, conseqüentemente, a acentuada degradação da vida das populações residentes e ribeirinhas. Tudo isto acabou por afectar a saúde pública. Diarreias estivais ou gastroenterites, a febre tifóide e a hepatite eram as doenças mais frequentes. Os produtos agrícolas cultivados nos campos e regados com a água do rio ficavam contaminados. O trigo das moagens, vendido para todo o país, era “lavado” com a água do rio, aumentando o risco dos problemas de saúde.

No Outono e Inverno, no troço em que os rápidos e as pequenas cascatas, as rodas de azenhas e de moinhos obrigavam a água a uma agitação maior, concentrava-se uma “espuma acidulada [que] cobria, em certos dias, casas e estábulos, matando o gado, enegrecendo os estores, oxidando os metais, corroendo os pulmões” (Silvestre, 2001: 143). Toda esta espuma se devia à incalculável carga de detergentes constantemente atirados ao rio.

O rio Alviela era um autêntico colector de esgotos a céu aberto. Vila Moreira e Alcanena lançavam os esgotos na Ribeira do Carvalho e Gouxaria lançava-os na Ribeira de Gouxaria, ambas subafuentes da Ribeira de Arranjela, que desagua no Alviela.

⁵A indústria dos curtumes é, pela sua natureza e por força dos processos tecnológicos utilizados, fortemente poluente, levantando graves problemas ambientais nas regiões onde se instala. Embora os resíduos tóxicos também sejam de natureza gasosa, as implicações ambientais centram-se nos resíduos sólidos e nos efluentes líquidos, cuja produção é particularmente abundante em relação às quantidades de produto final. Nesta época, o Rio Alviela sofria descargas diárias de 117 fábricas, despejando no seu leito cerca de 1,5 tonelada de sulfuretos e três toneladas de sais de crómio. O crómio é um metal pesado altamente tóxico e eventualmente cancerígeno, que é muito utilizado no curtimento das peles.

Obrigadas a virar costas a um cenário tão prejudicial, as povoações ribeirinhas do Alviela reagiram contra a crescente poluição, logo na década de 50. A verdade é que a politização das questões ambientais já não era inédita em Portugal. O Estado Novo empenhou-se em abafar a contestação, ignorou apelos e abaixo-assinados, e nem mesmo reagiu à denúncia feita pela comunicação social⁶.

Apesar das circunstâncias, a questão do Alviela não foi esquecida pelos portugueses e para isso contribuiu a formação da CLAPA – Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela, por Joaquim Jorge Duarte, de alcunha 'O Diabo'⁷. No mesmo ano em que foi fundada, a associação conseguiu reunir, na Secretaria de Estado do Ambiente, o arquitecto Ribeiro Telles, representantes da Câmara Municipal de Alcanena, da Associação Portuguesa das Indústrias de Curtumes e da própria Comissão de Luta, tendo ficado prometida a realização de uma avaliação da situação durante seis meses.

Em 1979, era finalmente aprovado um projecto pioneiro em Portugal: a construção do sistema de despoluição do Alviela. Porém, “em finais da década de setenta, [as obras] estavam paralisadas por falta de verbas e pressão contrária dos industriais poluidores. Assim ficariam por cinco longos anos. Em meados dos anos oitenta, após muita contestação e manifestações violentas a ETAR é inaugurada. Nessa altura descobre-se que a poluição aumentara de tal maneira que a Estação de Tratamento já era pequena para o caudal a tratar. Novo impasse e novas lutas” (Silvestre, 2001:144).

O processo de despoluição do Alviela tem sido complexo e moroso, mas as populações não desistiram de reclamar os seus direitos, boicotando eleições. Mesmo assim houve quem se conformasse com a situação. “ (...) De todo o lado há tentativas para isolar a CLAPA. O baixo nível cultural de algumas populações, a fraca força política dos autarcas, a desunião dos habitantes, não permitia ir à raiz do problema: o fim imediato de instalação de mais fábricas de curtumes na Bacia Hidrográfica do Alviela. Isso iria contra os interesses instalados, a lógica do capitalismo selvagem. Os partidos políticos não têm coragem de propor semelhante medida. O Ministério do Ambiente não fiscaliza a ETAR, que está a ser gerida pelos próprios poluidores, o que é como pôr o lobo a guardar as ovelhas. O problema do Alviela vai eternizar-se” (Silvestre, 2001: 146).

Durante o primeiro ano de funcionamento da ETAR já se notaram melhorias dos níveis de poluição do Alviela. Porém, o rio está longe de estar limpo. Às indústrias de curtumes adicionam-se as suiniculturas e os aviários que se encontram ao longo do leito do rio e que também nele efectuem descargas regulares.

Actualmente, as populações lutam pela limpeza da nascente e do leito do rio. Limpeza que se iniciou na estação seca de 1998 mas que, até agora, só chegou aos primeiros 13 quilómetros de leito, tendo os trabalhos parado às portas de Pernes. Para além da população, também os autarcas das povoações afectadas pela poluição têm denunciado a situação através da comunicação social e de comunicados aos sucessivos Governos, mas os resultados são pouco visíveis.

Nota metodológica

A metodologia utilizada foi a do *estudo de caso*. Esta opção materializou-se na aplicação de entrevistas semi-directivas aos autarcas das povoações ribeirinhas do Alviela (Bugalhos, Louriceira, Vaqueiros, Pernes, S. Vicente do Paul, Pombalinho e Vale de Figueira), com o intuito de perceber como é que a poluição do rio tem sido um obstáculo ou não ao desenvolvimento dessas mesmas localidades. Realizaram-se igualmente entrevistas aos

⁶ A poluição do Alviela tornara-se de tal forma preocupante que 'O Século' e a revista 'Flama' lhe dedicam reportagens. Até a RTP se desloca às margens do rio para obter imagens das descargas das fábricas de curtumes, mas a reportagem nunca chega a ir para o ar, muito provavelmente por ordem da censura.

⁷ A recusa deste em aceitar a poluição do Alviela levou-o, em 1957, a denunciar a situação realizando um abaixo-assinado destinado a Salazar em que se propunha transportar até Lisboa garrafões de água contaminada do Alviela; o seu comportamento levou-o a ser considerado louco, valendo-lhe a sua persistência e o agravamento rápido dos níveis de poluição do rio para a recuperação do respeito local.

responsáveis do Departamento do Ambiente da Câmara Municipal de Santarém (capital de distrito, onde essas localidades se inserem), ao Presidente da Comissão de Ambiente e do Alviela da Assembleia Municipal de Santarém, aos responsáveis do Departamento do Ambiente da Câmara Municipal de Alcanena e ao Presidente da Comissão Anti-Poluição do Alviela (CLAPA). O intuito destas entrevistas foi o de averiguar quais os projectos aplicados ou em curso, relativos à resolução do problema ambiental bem como à revitalização das povoações em questão.

A análise documental forneceu dados pertinentes para a investigação: consultaram-se documentos que, de certa forma, permitiram realizar a primeira fase da investigação, a saber: revistas, jornais locais e associativos, monografias e registos fotográficos. A consulta de documentos e de legislação ambiental referente aos recursos hídricos foi igualmente uma prioridade. Para tal, recorreu-se sobretudo à consulta de documentação proveniente do Instituto da Água (INAG) e realizou-se uma entrevista semi-directiva a uma das responsáveis pelo Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena (ETAR de Alcanena).

Caracterização socioeconómica das freguesias

As sete freguesias da Bacia do Alviela são freguesias que, no geral, em termos demográficos, no período de 1991 a 2001, têm sofrido uma perda populacional significativa, exceptuando-se as que pertencem ao concelho de Alcanena, Bugalhos e Louriceira. Relativamente, ao concelho de Santarém somente Vaqueiros é que apresenta um crescimento da população. Todas elas revelam uma tendência para o envelhecimento da população. Estamos perante freguesias essencialmente rurais (de dimensão populacional inferior a 2000 habitantes).

No que respeita à análise da vida económica destas freguesias, os dados obtidos revelam que o sector primário é, em algumas freguesias, inexistente, contrariamente ao que sucedia em épocas anteriores. No entanto, continua a desempenhar um papel importante noutras, especialmente nos casos de S. Vicente do Paul, Pombalinho e Vale Figueira. Quanto ao sector secundário, constatou-se que constitui um dos principais pilares da economia local de todas elas, sendo, no entanto, caracterizado por pequenas e médias indústrias ligadas à transformação de madeiras (torneados, marcenaria, etc.), à transformação de cereais (moagem), à transformação de peles (curtumes), entre outras. O sector terciário tem vindo, igualmente, a ser outro dos pilares da economia local, como acontece, aliás, em todo o país. Os serviços existentes estão ligados ao comércio local, especialmente pequenos estabelecimentos de bens de primeira necessidade e as empresas de prestação de serviços relacionados com a área comercial.

Perante este cenário, até que ponto é que a actual situação demográfica e sócio-económica das sete freguesias que constituem a bacia do Alviela resulta dos impactos negativos da poluição do rio? A consideração da vertente ambiental, traduzida neste caso pelas potencialidades de um rio despoluído, pode ou não constituir-se como uma estratégia alternativa de desenvolvimento local/rural deste território?

Considerações finais

Desde o surgimento do problema até aos dias de hoje, a poluição do rio Alviela tem assumido diversos contornos evidenciados pelas percepções que os diferentes actores sociais locais têm sobre este problema.

Procurou-se, assim, responder a duas questões já referidas, subjacentes à realização deste trabalho. A primeira questão, de algum modo, é respondida através do discurso proferido pelos

vários entrevistados relativamente aos impactos que a poluição tem causado na região. Poder-se-á afirmar que os impactos foram mais visíveis em épocas anteriores, no entanto, tiveram repercussões na actual fase de desenvolvimento de algumas freguesias, com reflexo na sua situação social, económica e cultural. Em termos sociais, registou-se uma diminuição da população local, devido às consequências da poluição na saúde pública e na perda de qualidade de vida, sobretudo, nas localidades de Vaqueiros e de Pernes. No plano económico, para além de ter sido um entrave às potencialidades que algumas freguesias apresentam, provocou um enfraquecimento de alguns sectores de actividade, nomeadamente, a agricultura e alguma

indústria (moagens). A nível cultural, todas as práticas de lazer e de sociabilidade relacionadas com o rio foram extintas lesando, conseqüentemente, a identidade local reforçada pela degradação do património e por uma conotação negativa, que passou a fazer parte integrante das próprias freguesias.

Porém, não podemos considerar que o factor ambiental seja, única e exclusivamente, explicativo dessa mesma situação, existindo outros factores impeditivos do desenvolvimento local/rural. Em algumas das freguesias um dos factores está relacionados com o PDM, como foi referido pelo presidente da junta de S. Vicente do Paul.

Mas esta investigação não se restringiu apenas à descrição dos impactos causados pela poluição do rio Alviela. Foram igualmente analisadas, por um lado, a sensibilidade e as acções promovidas pelas juntas de freguesia relativamente à situação de poluição, e por outro, as percepções que os autarcas têm sobre os esforços realizados, tanto por parte do Estado como dos agentes poluidores, no sentido de minimizar os danos e prejuízos causados por essa situação.

Verificou-se que todas as autarquias estão sensibilizadas quanto à questão da poluição. No entanto, o seu plano de acção está basicamente confinado à denúncia e à divulgação, quer aos órgãos competentes quer aos órgãos de comunicação social. É atribuída ao Estado, sobretudo pelas freguesias do concelho de Santarém, a responsabilidade da situação actual, devido à falta de fiscalização/aplicação da legislação ambiental que regula a actividade dos principais agentes poluidores do rio Alviela. Já as freguesias do concelho de Alcanena reconhecem-se os esforços que têm sido feitos, especialmente, os investimentos aplicados na reestruturação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, apesar de se mencionarem algumas falhas ligadas à manutenção de equipamento, nomeadamente, a rede de colectores.

Da avaliação, por parte dos presidentes de junta, do papel que as associações ambientalistas locais têm face à poluição do rio, constatou-se que é referenciada apenas uma associação (a CLAPA). A esta são reconhecidas todas as intervenções que foram feitas aquando da sua formação mas a qual, actualmente, é encarada por alguns autarcas como sendo uma associação que tem tido um fraco desempenho para a prossecução dos seus objectivos.

A resposta à segunda questão: a consideração da vertente ambiental, traduzida neste caso pelas potencialidades de um rio despoluído, pode ou não constituir-se como uma estratégia alternativa de desenvolvimento local/rural do território em análise, é confirmada pelos entrevistados na medida em que encaram a preservação ambiental como sendo uma oportunidade de desenvolvimento, designadamente através da obtenção de qualidade de vida, da fixação da população e da capacidade de criar infra-estruturas que permitam, de algum modo, a promoção das localidades.

Ainda que com as reservas já discutidas, podemos afirmar que a poluição do rio Alviela é um dos aspectos que contribuiu para o fraco desenvolvimento destas freguesias. Este aspecto é, porventura, mais marcante numas e menos noutras, em função da sua localização geográfica e dos respectivos impactos ambientais.

A aplicação de novos modelos de desenvolvimento ligados, sobretudo, a áreas de lazer e turismo é primordialmente tributária da resolução da situação de poluição em que ainda se encontra o rio. Por outras palavras, não será suficiente reeditar algumas das práticas que tradicionalmente estavam ligadas ao rio e/ou requalificar o património ribeirinho, enquanto esta situação persistir.

As iniciativas pontuais para minorar a situação do Alviela a que se tem vindo a assistir, nos últimos anos, manifestam, de facto, uma eficácia muito relativa. Como na maior parte dos problemas, também aqui, só uma intervenção global sobre a qualidade da água do Alviela, que

vá desde a nascente à foz, se revelará capaz de subverter a actual situação. Essa intervenção implicará todos os agentes envolvidos na gestão e utilização do rio, com particular destaque para autarcas, industriais, associações ambientalistas locais e administração pública designadamente no que ao cumprimento da legislação ambiental diz respeito (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente, Direcção Regional do Ambiente, INAG, entre outras).

Como tudo parece indicar que a despoluição do rio não se resolverá a curto/médio prazo, a implementação de novos modelos de desenvolvimento estará francamente comprometida. Entre a lógica do emprego, designadamente através do fornecido pela indústria de curtumes, uma das indústrias mais responsáveis pela poluição do Alviela, e a despoluição do rio, condição de aplicação sustentável dos designados modelos alternativos de desenvolvimento, as freguesias em análise correm o risco de aprofundar o seu processo de marginalização económica e social.